

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Acerca dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A** São atos administrativos somente os atos produzidos pelos poderes do Estado.
- B** Licença é ato administrativo discricionário, na medida em que ao poder público compete a análise do preenchimento dos requisitos legais exigidos para o exercício de determinada atividade.
- C** A imperatividade caracteriza-se pela permissão para a imposição de obrigações a terceiros, ainda que estas venham a contrariar interesses privados.
- D** Em virtude da inafastabilidade do interesse público, os atos administrativos devem possuir destinatários gerais e indeterminados, sendo vedada a edição de atos com destinatários individualizados, ainda que coletivos.
- E** São atos administrativos simples somente os atos praticados por agente público de forma isolada.

QUESTÃO 22

No que se refere ao instituto da delegação no processo administrativo, assinale a opção correta.

- A** A delegação é medida excepcional que somente pode ser realizada por meio de autorização legal específica para cada ato.
- B** A delegação deve observar prazo determinado, não podendo ser revogada pela autoridade delegante antes do fim desse prazo.
- C** É necessária uma relação de hierarquia e subordinação entre a autoridade delegante e a autoridade delegada.
- D** É permitida a inclusão, no ato de delegação, de ressalva de exercício da atribuição delegada.
- E** Observadas as regras de competência, inexistem matérias que não possam ser objeto de delegação.

QUESTÃO 23

Constitui espécie de controle da administração pública prevista na organização administrativa brasileira

- A** o julgamento das contas do presidente da República pelo Tribunal de Contas da União.
- B** o poder de autotutela, que, observados os requisitos legais, permite à administração rever de ofício um ato ilegal, ainda que o respectivo recurso administrativo interposto não seja conhecido.
- C** a competência das comissões parlamentares de inquérito para investigar e aplicar sanções judiciais nos casos sob a sua análise.
- D** o controle das entidades da administração indireta pelos órgãos da administração direta aos quais elas se subordinam.
- E** a revogação judicial de atos administrativos submetidos à apreciação da administração pública, com base em critérios de conveniência e oportunidade.

QUESTÃO 24

Com base na Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 8.666/1993), assinale a opção que indica a modalidade de licitação utilizada para a venda de bens móveis inservíveis para a administração a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

- A** leilão
- B** tomada de preços
- C** convite
- D** concorrência
- E** concurso

QUESTÃO 25

Acerca dos órgãos públicos e dos institutos da centralização e da descentralização administrativa, assinale a opção correta.

- A** Os entes criados por descentralização permanecem hierarquicamente subordinados aos órgãos dos quais foram descentralizados.
- B** A administração centralizada atua por meio de órgãos públicos, que são unidades dotadas de personalidade jurídica e que expressam a vontade do Estado.
- C** A descentralização administrativa caracteriza-se pela retirada de atribuições da esfera do interesse público e sua transferência para o domínio privado.
- D** A criação e a extinção de órgãos públicos devem observar a exigência de lei ou decreto específico.
- E** A descentralização política ocorre quando o ente descentralizado exerce atribuições próprias que não decorrem do ente central.

QUESTÃO 26

A permissão para que o poder público interfira na órbita do interesse privado para salvaguardar o interesse público, restringindo-se direitos individuais, fundamenta-se no

- A** poder hierárquico.
- B** poder regulamentar.
- C** poder de polícia.
- D** poder disciplinar.
- E** abuso de poder.

QUESTÃO 27

Com relação à organização político-administrativa do Estado federal brasileiro, é correto afirmar que os municípios têm

- A** Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário próprios.
- B** apenas Poder Judiciário e Poder Legislativo próprios, mas não Poder Executivo.
- C** apenas Poder Executivo e Poder Legislativo próprios, mas não Poder Judiciário.
- D** apenas Poder Judiciário próprio, mas não Poder Executivo nem Poder Legislativo.
- E** apenas Poder Executivo próprio, mas não Poder Legislativo nem Poder Judiciário, sendo o controle externo exercido somente pelos tribunais de contas dos estados.

QUESTÃO 28

Considerando-se as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF), é correto afirmar que a subvenção a cultos religiosos e igrejas

- A** pode ser realizada independentemente de lei, desde que não seja mantida relação de dependência entre um ente federado e eventuais cultos religiosos e igrejas por ele subvencionados.
- B** é admitida no caso de colaboração de interesse público, desde que seja feita na forma da lei.
- C** é legítima se prevista na Lei Orgânica do município, independentemente de caracterizar-se como colaboração de interesse público.
- D** é vedada aos municípios em qualquer hipótese, sendo permitida apenas à União, aos estados e ao Distrito Federal.
- E** somente é admitida no caso de religiões que sejam oficialmente adotadas pelo Estado brasileiro, que consiste em uma federação não laica.

QUESTÃO 29

Considerando-se as disposições da CF, é correto afirmar que o procurador-geral da República, chefe do Ministério Público da União, é nomeado pelo presidente da República dentre

- A** integrantes da carreira, para mandato de dois anos, podendo ser destituído por iniciativa do presidente da República, desde que haja prévia autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- B** cidadãos de mais de trinta e cinco anos de idade de notório saber jurídico e conduta ilibada, após sabatina e aprovação pelo STF, para mandato de três anos, sem possibilidade de posterior destituição.
- C** integrantes de lista tríplice da carreira, para mandato de dois anos, após prévia autorização da maioria absoluta do Senado Federal, sem possibilidade de posterior destituição, salvo em caso de processo disciplinar ou decisão judicial.
- D** cidadãos de mais de trinta e cinco anos de idade de notório saber jurídico e conduta ilibada, integrantes ou não das carreiras do Ministério Público, para mandato de dois anos, podendo ser destituído por iniciativa do presidente da República, desde que haja prévia autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- E** integrantes da carreira, para mandato de três anos, podendo ser destituído por iniciativa do presidente da República, desde que haja prévia autorização da maioria absoluta do STF.

QUESTÃO 30

No que se refere às funções essenciais à justiça, conforme os dispositivos da CF, julgue os itens a seguir.

- I Cabe ao Ministério Público a defesa judicial dos direitos das populações indígenas.
- II São reconhecidas ao advogado público independência funcional e inamovibilidade.
- III É vedado aos defensores públicos o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 31

Considerando as disposições da CF, assinale a opção correta, no que se refere à acumulação de cargos públicos.

- A** A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos na administração direta não admite exceções.
- B** A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende a empregos públicos.
- C** A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos abrange o exercício de cargo público privativo de médico concomitante com o exercício de medicina em clínica particular.
- D** A acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor é permitida, desde que haja compatibilidade de horários.
- E** Não se estende a sociedades controladas indiretamente pelo poder público a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos.

QUESTÃO 32

Determinado governador pretende que sejam criadas uma nova autarquia e uma nova empresa pública em seu estado.

Nessa situação, serão necessárias

- A** duas leis específicas: uma para a criação da autarquia e outra para a criação da empresa pública.
- B** uma lei específica para a criação da autarquia e outra para a autorização da instituição da empresa pública.
- C** uma lei específica para a criação da empresa pública e outra para a autorização da instituição da autarquia.
- D** autorizações legais na norma geral acerca da nova organização da administração pública estadual, não havendo necessidade de a criação de nenhuma das entidades ser feita por lei.
- E** duas leis específicas: uma para a autorização da criação da empresa pública e outra para a autorização da criação da autarquia.

QUESTÃO 33

O princípio arquivístico segundo o qual os documentos acumulados por pessoa física ou jurídica não podem ser misturados a conjuntos documentais produzidos e(ou) recebidos por outras pessoas ou organização é o

- A** princípio da proveniência.
- B** princípio da ordem original.
- C** princípio da territorialidade.
- D** princípio da pertinência.
- E** princípio da estrutura interna.

QUESTÃO 34

Os documentos de arquivo recebidos pela instituição devem ser entregues ao setor de protocolo, onde é efetuada a separação entre a correspondência particular e a oficial. Em seguida, são identificadas as correspondências ostensivas e as sigilosas. A primeira etapa que inicia a sequência de procedimentos a serem realizados no protocolo é

- A** a expedição.
- B** o registro.
- C** a tramitação.
- D** a distribuição.
- E** a avaliação.

QUESTÃO 35

A classificação de documentos de arquivo é determinada

- A pelo tema do documento.
- B pelo assunto do documento.
- C pelas funções e atividades da instituição.
- D pelo ato de recebimento ou pela expedição.
- E pela pertinência do conjunto documental.

QUESTÃO 36

O modo como o usuário consulta os documentos de arquivo gera indicações acerca da melhor forma de organizá-los. Não ocorrendo tal orientação, o modo-padrão de ordená-los é

- A numericamente.
- B alfabeticamente.
- C geograficamente.
- D cronologicamente.
- E tematicamente.

QUESTÃO 37

A tabela de temporalidade controla o acúmulo dos documentos, permitindo a eliminação daqueles que não são mais necessários às atividades da instituição e a preservação dos considerados de valor permanente. A fase arquivística que inicia a aplicação da tabela de temporalidade é a do arquivo

- A permanente.
- B inativo.
- C intermediário.
- D semiativo.
- E corrente.

QUESTÃO 38

Nas organizações, a estrutura de compras descentralizada é mais vantajosa que a centralizada por

- A possibilitar mais rapidez e agilidade às solicitações de compras.
- B permitir melhor controle global do processo de compras e dos estoques.
- C reduzir os custos dos pedidos em relação à quantidade de pessoal alocado.
- D evitar divergências de preços na aquisição de um mesmo produto por compradores distintos.
- E ser mais econômica em função da quantidade de produtos adquiridos.

QUESTÃO 39

Em determinado processo licitatório para a realização de estudo técnico com vistas a ampliar uma malha viária estadual, o vencedor do certame foi decidido em função da maior média ponderada que envolvia pontuações atribuídas a preço proposto e técnica a ser utilizada, com pesos propostos pela administração e publicados em edital.

Nesse caso, foi praticada a licitação de tipo

- A menor preço.
- B preço e técnica.
- C melhor técnica.
- D melhor lance.
- E melhor oferta.

QUESTÃO 40

A secretaria de transportes de determinado estado da Federação optou por manter em estoque pneus de veículos para manutenção da frota estadual pelo período de dois anos. Essa decisão foi tomada em razão de o preço do produto estar sujeito à variação do preço do petróleo, que tem aumentado constantemente.

Nesse caso, a opção da secretaria representa uma vantagem para o estado porque

- A a manutenção de grandes estoques implica economia de escala.
- B os estoques protegem as organizações dos atrasos nas entregas por erros de fabricação.
- C os estoques podem proteger as organizações de eventuais oscilações de mercado.
- D os custos de manutenção dos estoques sempre compensam as oscilações de preços.
- E a manutenção do estoque de pneus é uma oportunidade de investimento para a secretaria de transportes.

QUESTÃO 41

Para acelerar o processo de compras, o gestor de um órgão público pode priorizar contratações que permitam a dispensa de licitação. Com relação a esse contexto, assinale a opção correspondente a um objeto que pode ser adquirido com dispensa de licitação.

- A acréscimo de serviço de engenharia no valor de R\$ 35.000, cujo contrato inicial tenha sido realizado na modalidade convite
- B acréscimo de compra de materiais didáticos no valor de R\$ 18.500, cujo contrato inicial tenha sido realizado com dispensa de licitação
- C serviços de restauração de pinturas artísticas em prédio público, cujos autores e origens sejam desconhecidos
- D compra de vegetais para merenda escolar dos alunos de uma escola pública, cujo pregão para definição do fornecedor esteja em andamento
- E acréscimo de compra de materiais de limpeza no valor de R\$ 49.900, cujo contrato inicial tenha sido realizado com dispensa de licitação nesse mesmo valor

QUESTÃO 42

No dossiê de contratação de materiais de consumo para determinado órgão público, constatou-se uma relação de fornecedores cadastrados para os quais foi encaminhado *email* que continha consulta dos preços a serem praticados em relação à contratação, que se restringirá a um desses fornecedores.

Nesse caso, a modalidade de licitação praticada é denominada

- A concorrência.
- B convite.
- C leilão.
- D concurso.
- E tomada de preços.

QUESTÃO 43

Se a União arrecadar determinado tributo cuja receita deva ser compartilhada com outros entes da Federação, ela deverá incluir em seu orçamento a parcela a ser posteriormente distribuída. Essa obrigação decorre do princípio orçamentário

- A da programação.
- B do orçamento bruto.
- C da unidade.
- D do equilíbrio.
- E da exclusividade.

QUESTÃO 44

Caso o Banco Central do Brasil apure resultado negativo após a constituição ou reversão de reservas, a obrigação decorrente desse fato deverá ser consignada

- A no plano plurianual.
- B no anexo de metas fiscais.
- C em crédito extraordinário.
- D na lei orçamentária anual.
- E no decreto de limitação de empenho.

QUESTÃO 45

Na abertura de créditos suplementares, é vedada a utilização de recursos decorrentes de

- A restos a pagar liquidados.
- B superávit financeiro do exercício anterior.
- C excesso de arrecadação.
- D anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.
- E operações de crédito autorizadas.

QUESTÃO 46

A respeito do mecanismo de descentralização de créditos orçamentários denominado provisão, assinale a opção correta.

- A A descentralização concretiza-se com o empenho da despesa realizado pelo órgão beneficiário.
- B É obrigatório manter as classificações institucional, funcional, programática e econômica do crédito descentralizado.
- C A descentralização gera efeitos orçamentários idênticos ao das transferências e transposições.
- D A referida descentralização só pode ser realizada entre unidades gestoras de órgãos ou entidades de estrutura distinta.
- E A descentralização em questão dependerá de celebração de convênio ou instrumento congênere.

QUESTÃO 47

O Poder Executivo verificou, ao final de determinado bimestre, que a realização da receita global poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais.

Nessa situação hipotética, os órgãos integrantes do Ministério Público

- A têm autonomia para decidir se devem ou não promover a limitação de empenho dos seus orçamentos.
- B restabelecerão suas dotações somente quando a receita for integralmente restabelecida.
- C podem excluir da limitação de empenho apenas as obrigações constitucionais.
- D devem definir seus próprios critérios para a limitação do empenho.
- E terão redução nos limites de gastos na proporção da limitação de empenho realizada.

QUESTÃO 48

Um ente da Federação instituiu cobrança destinada a custear obras públicas que provocaram valorização imobiliária. Essa cobrança tem como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Nesse caso hipotético, os recursos arrecadados serão classificados como receita

- A de contribuições sociais.
- B patrimonial.
- C tributária.
- D de serviços.
- E de transferência corrente.

QUESTÃO 49

Cumpridas todas as exigências da etapa de planejamento de determinada despesa, o próximo estágio a ser cumprido para a execução dessa despesa denomina-se

- A fixação.
- B liquidação.
- C empenho.
- D pagamento.
- E controle.

QUESTÃO 50

A União poderá efetuar transferência voluntária de recursos para determinado município que esteja inadimplente com o pagamento de empréstimos anteriormente realizados, se

- A a transferência for destinada ao financiamento de ações de educação, saúde e assistência social.
- B o município cumprir com os limites das dívidas consolidada e mobiliária.
- C houver dotação orçamentária própria na lei orçamentária anual da União.
- D a transferência se destinar ao pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista.
- E os recursos forem utilizados em finalidade diversa da pactuada na transferência.

QUESTÃO 51

Acerca dos controles interno e externo da administração pública, assinale a opção correta.

- A Cabe ao controle interno auxiliar o Poder Legislativo no julgamento das contas prestadas anualmente pelo presidente da República.
- B No controle interno, ao verificar se a administração tem respeitado disposições imperativas no exercício de suas atribuições, dispensa-se a realização do controle de mérito.
- C Os atos administrativos do Poder Executivo, do Legislativo e do Judiciário bem como os atos de gestão de bens e valores públicos são objetos do controle externo.
- D O controle externo é efetivado por órgão pertencente à mesma estrutura do órgão ou do poder responsável pela atividade controlada.
- E Hierarquicamente superior ao controle externo, o controle interno é único e atua sobre toda a administração pública.

QUESTÃO 52

O controle político inclui

- A** a competência do Congresso Nacional para sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- B** a apuração de irregularidades por comissão parlamentar de inquérito e as sanções por esta aplicadas.
- C** o referendo e o plebiscito.
- D** a competência privativa do Congresso Nacional e do Senado Federal para apreciar, *a priori*, os atos do Poder Executivo.
- E** a fiscalização das contas dos administradores e de demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.

QUESTÃO 53

O controle externo da administração pública

- A** abrange a fiscalização exercida sobre atos e atividades de seus órgãos e das entidades descentralizadas que lhes sejam vinculadas.
- B** avalia a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- C** verifica a conduta da administração sob os prismas de conveniência e oportunidade, o que caracteriza um controle de mérito.
- D** compreende o controle parlamentar direto, o controle exercido pelos tribunais de contas e o controle judicial.
- E** realiza-se em cada poder por órgão de controle subordinado ao mesmo poder.

QUESTÃO 54

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta, sob o ponto de vista do controle externo, será exercida

- A** pelo Tribunal de Contas da União (TCU), independentemente do Congresso Nacional.
- B** pela Controladoria-Geral da União (CGU).
- C** pelo Senado Federal, independentemente da Câmara dos Deputados.
- D** pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- E** pela Câmara dos Deputados, independentemente do Senado Federal.

QUESTÃO 55

Inserir-se entre as competências do TCU, no exercício do controle externo,

- A** emitir parecer prévio sobre as contas atinentes ao Poder Legislativo, ao Judiciário e ao Ministério Público.
- B** decretar a anulação de atos e contratos eivados de vícios dos órgãos jurisdicionados.
- C** executar decisões que impliquem imputação de débito ou multa.
- D** apreciar as contas apresentadas anualmente pelo presidente da República e, em sessenta dias contados da data do recebimento dessas contas, emitir parecer prévio.
- E** apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

QUESTÃO 56

A respeito dos tribunais de contas, assinale a opção correta.

- A** Em cada unidade federativa, o tribunal de contas local analisa as contas dos ordenadores de despesa e de demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, devendo essas contas ser julgadas pelo respectivo Poder Legislativo.
- B** O TCU, autonomamente, detém poder para sustar a execução de ato administrativo eivado de vício.
- C** As contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe são fiscalizadas, de forma direta, pelo TCU, nos termos da legislação internacional.
- D** O TCU aprecia as contas prestadas pelo presidente do STF, emitindo parecer prévio sobre elas e recomendando a aprovação ou rejeição delas pelo plenário da suprema corte.
- E** Os tribunais de contas, no âmbito estadual e no municipal, auxiliam o respectivo legislativo na fiscalização da aplicação de subvenções e na apreciação de renúncia de receitas.

QUESTÃO 57

Uma das competências do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA), órgão de controle externo, é

- A** fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo estado mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
- B** sustar atos impugnados e comunicar o ocorrido à Assembleia Legislativa.
- C** fiscalizar a arrecadação dos órgãos da administração direta e indireta abstendo-se de manifestação quando se tratar de renúncia de receita.
- D** emitir pronunciamento preliminar e não conclusivo sobre matéria que lhe seja submetida à apreciação pela comissão permanente de fiscalização financeira e orçamentária da Assembleia Legislativa, no prazo de quinze dias.
- E** decidir sobre a legalidade ou constitucionalidade de lei ou de ato normativo em matéria de sua competência.

QUESTÃO 58

No exercício do controle externo, destaca-se, entre as competências do TCE/PA,

- A** apreciar as contas prestadas pelo governador do estado, emitindo parecer prévio em até quinze dias contados da data de entrega.
- B** avaliar a execução dos orçamentos e a situação da gestão administrativa nos aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial.
- C** verificar o mérito dos atos administrativos do Poder Executivo estadual.
- D** no caso de sonegação, assinar prazo para apresentação de documentos, informações e esclarecimentos julgados necessários e tomar as medidas cabíveis.
- E** configurada a ocorrência de desfalque, ordenar a conversão do processo de fiscalização em tomada de contas especial, que tramitará em conjunto com as respectivas contas anuais.

QUESTÃO 59

Uma das competências do MPC/PA consiste em

- A** manifestar-se nas sessões do TCE/PA, oralmente ou por escrito, sobre os assuntos sujeitos à apreciação desse tribunal, sendo dispensada a sua audiência nos atos de admissão de pessoal.
- B** interpor quaisquer recursos, fiscalizando sua execução.
- C** solicitar ao TCE/PA que adote medidas judiciais para a indisponibilidade e arresto de bens de responsáveis julgados em débitos para com a administração pública.
- D** requisitar informações, documentos e processos às autoridades municipais, bem como aos órgãos e às entidades da administração direta e indireta, exceto as fundacionais.
- E** fiscalizar o cumprimento e a guarda da Constituição estadual e das leis, no que se referir à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, da competência do TCE/PA.

QUESTÃO 60

A respeito dos membros do Ministério Público no TCE/PA, assinale a opção correta.

- A** As carteiras funcionais dos membros do Ministério Público no TCE/PA serão expedidas pela respectiva secretaria do órgão e assinada pelo procurador-geral de contas, com validade em todo o território nacional.
- B** O procurador-geral de contas será de nomeação efetiva, terá vencimentos inferiores aos dos ministros do TCE/PA e poderá exercer outras funções públicas.
- C** Competirá ao secretário do Ministério Público de Contas organizar a agenda do procurador de contas ao qual esteja subordinado.
- D** A Lei n.º 8.596/2018, que dispõe sobre a remuneração dos servidores do MPC/PA, determina que as funções de confiança destinadas às atividades de chefia e assessoramento poderão ser ocupadas apenas por servidores públicos do estado do Pará.
- E** O enquadramento dos servidores em níveis de carreira dar-se-á por meio de ato do procurador-geral de contas do estado do Pará no prazo de quinze dias.

Espaço livre